

## A política contenciosa como perspectiva para o estudo das políticas educacionais

*La política contenciosa como perspectiva para el estudio de la política educativa*

*Contentious politics as a perspective for the study of educational policy*

Guadalupe Olivier Téllez<sup>1</sup>

Universidade Pedagógica Nacional-México

**Resumo:** Este artigo visa discutir como a perspectiva da política contenciosa pode enriquecer os estudos sobre políticas educacionais, focando nos atores, organizações e processos de mobilização social em cenários de conflito político. Busca redefinir a noção de educação, e consequentemente de política educacional, onde a centralidade do Estado deixa de ser um elemento unívoco no destino da educação e passa a ser posicionada como um dos participantes na arena da luta ideológica e política. Primeiramente, destacamos a importância de explorar novas abordagens para este campo de pesquisa, considerando que a educação é uma esfera que se estende para além do sistema escolar, sendo um campo, múltiplas referências dinâmicas e, portanto, em constante transformação. Em seguida, discutimos os desafios teóricos e conceituais, bem como as possibilidades analíticas, por meio de diversos trabalhos que apresentaram propostas bastante interessantes nesta área de estudo. Por fim, apresentamos exemplos de pesquisas que propõem abordagens teóricas e metodológicas articuladas com outros referenciais disciplinares, demonstrando empiricamente suas aplicações a objetos de estudo específicos. Em suma, defendemos que tornar os conflitos visíveis e colocar os atores, organizações e processos em conflito no centro das atenções é fundamental para ampliar a perspectiva da política educacional, ajudando a analisar as tensões em torno dos projetos educacionais que se chocam entre a posição oficial e as demandas sociais.

**Palavras-chave:** Política contenciosa, política educacional, movimentos sociais e ação coletiva.

**Resumen:** En este artículo se pretende discutir cómo es que desde la perspectiva de la política contenciosa se pueden enriquecer los estudios sobre política educativa colocando el enfoque en actores, organizaciones y procesos de movilización social en escenarios de conflicto político. Se intenta redefinir la noción de educación y por lo tanto de política educativa donde la centralidad del Estado deja de ser un elemento unívoco en el destino de lo educativo para colocarse como uno de los participantes en la arena de lucha ideológico-política. Primero, planteamos la importancia de explorar nuevas formas de aproximación al campo de investigación en esta materia, considerando que la educación es un ámbito que va más allá del sistema escolar, siendo un ámbito multi-referencial, dinámico y por lo tanto en constante transformación. Posteriormente, se discute sobre los retos teórico-conceptuales y también sobre las posibilidades analíticas a través de algunos trabajos que han planteado propuestas muy interesantes en este campo de estudios. En seguida, se muestran algunos ejemplos de trabajos de investigación que proponen enfoques teóricos y metodológicos articulados a otros referentes disciplinarios que muestran empíricamente sus aplicaciones en objetos de estudio específicos. En una reflexión final, se sostiene que la visibilización de conflictos y la colocación de actores, organizaciones y procesos en pugna, son fundamentales para ampliar la perspectiva

---

<sup>1</sup> Doutora em Pedagogia pela Universidade Nacional Autónoma do México. Professora e pesquisadora da Universidade Pedagógica Nacional (UPN), Cidade do México, México. E-mail: [molivier@upn.mx](mailto:molivier@upn.mx); ORCID: 0000-0003-1318-4315.

de la política educativa que ayuda a analizar las tensiones alrededor de los proyectos educativos que se confrontan entre el oficialismo y las demandas sociales.

**Palabras clave:** Política contenciosa, política educativa, movimientos sociales y acción colectiva.

**Abstract:** In this article, we aim to discuss how the perspective of contentious politics can enrich studies on educational policy by focusing on actors, organizations, and processes of social mobilization in scenarios of political conflict. We seek to redefine the notion of education, and therefore of educational policy, where the centrality of the State ceases to be a univocal element in the destiny of education, instead positioning itself as another participant in the arena of ideological and political struggle. First, we raise the importance of exploring new approaches to this field of research, considering that education extends beyond the school system, being a multi-referential, dynamic, and therefore constantly transforming sphere. Subsequently, we discuss the theoretical and conceptual challenges, as well as the analytical possibilities, through several works that have put forward very interesting proposals in this field of study. Finally, we present examples of research that attempt to propose theoretical and methodological approaches articulated with other disciplinary frameworks, empirically demonstrating their applications to specific objects of study. In a final reflection, we maintain that making conflicts visible and placing actors, organizations, and processes in conflict are fundamental to broadening the perspective of educational policy, helping to analyze the tensions surrounding educational projects that clash between the official stance and social demands.

**Keywords:** Contentious politics, educational policy, social movements and collective action.

---

**Recebido em:** 8 de abril de 2026

**Aceito em:** 25 de maio de 2026

---

## Introdução

No estudo da política educacional, predomina uma perspectiva que enfatiza a centralidade do Estado e seus órgãos de governo, baseando-se no estudo do desenho, da implementação e da avaliação da política. Muitos desses trabalhos situam-se nos cursos de ação, diretrizes institucionais e outras intervenções instrumentais. Embora também sejam encontradas pesquisas inovadoras no campo, principalmente em estudos de caso, as quais oferecem pistas sobre outras discussões epistemológicas. De forma crescente, mas não suficiente, as abordagens analíticas observadas tratam a participação social como terreno de tensões e disputas na agenda educacional, produto de relações de força entre o poder governamental e atores ou organizações em mobilização (Treviño Rozón; Olivier; Santuario, 2013; Olivier, 2024).

A abordagem pretendida neste estudo está no campo da política educacional, é necessário aprofundar uma linha de conhecimento que verse sobre a articulação entre a

educação, não restrita ao âmbito escolar, e a política contenciosa. A base desta discussão teórico-metodológica fundamenta-se na investigação de três grandes pesquisas documentais realizadas por uma equipe interinstitucional e interdisciplinar que analisou diversos materiais: livros, capítulos, artigos em revistas e teses, produzidos durante o presente século no México. É necessário precisar o seguinte: há uma fonte importante na análise de 533 textos que fizeram parte da base de dados<sup>2</sup> para realizar o estado do conhecimento dos movimentos sociais na educação, no âmbito do projeto geral da produção científica sobre os movimentos sociais no México, dentro da Rede Mexicana de Estudos dos Movimentos Sociais, que resultou na publicação de suas descobertas em dois livros (Olivier, 2016; Olivier, 2024).

As outras importantes investigações documentais referem-se à produção de pesquisa sobre política e políticas educacionais no México, ambas desenvolvidas no âmbito do Conselho Mexicano de Pesquisa Educacional (COMIE), cujos resultados também estão publicados e disponíveis para consulta. Na pesquisa publicada em 2024, foram analisados 512 materiais e na de 2013, 1984 textos, todos disponíveis para consulta aberta (Málaga Villegas, 2024; Maldonado-Maldonado, 2013). Adicionalmente, este artigo incorporou uma revisão mais geral de produções recentes sobre política educacional na América Latina, que discutem enquadramentos analíticos a partir de uma abordagem crítica. Pode-se sustentar que o apresentado neste trabalho é derivado da participação nesses longos processos de recuperação, sistematização e análise. Alguns elementos chave aqui propostos são resultado dos diferentes momentos em que se desenvolveram os achados e as discussões coletivas. Esses referenciais permitiram visualizar a perspectiva com a qual foram revisados os documentos sobre contextos latino-americanos particulares que são vertidos neste artigo e, em seu conjunto, são colocados aqui para sua consideração.

Nesse sentido, é importante destacar a complexidade do educativo com aspectos de encontro nos movimentos sociais, nas ações coletivas e na multiplicidade de resistências que estiveram presentes não só desde o surgimento dos próprios sistemas educacionais e sua articulação com as políticas de Estado, mas nos aspectos que definiram marcos importantes no debate público sobre a educação nos países da nossa região. E, por outro lado, conseguiram, em vários casos, redirecionamentos das políticas educacionais, produto das ressonâncias das lutas sociais.

---

<sup>2</sup> <http://www.redmovimientos.mx/2016/zotero/>

Esses aspectos têm o objetivo de refletir sobre a viabilidade de uma vertente teórico-metodológica que permita reconhecer a luta social, entendida como política contenciosa (Tarrow, 1998; Buenfil Burgos, 2002; 2010; Tilly, 2010; Tarrow; McAdam, 2011); cujo componente constitutivo pode oferecer uma alternativa analítica da política educacional. Implica reconhecer, ao mesmo tempo, as contribuições de distintas disciplinas, destacando suas formas de articulação, suas possibilidades de diálogo e contribuições mútuas para robustecer o campo de pesquisa em questão.

O artigo está organizado em três partes e considerações finais. Na primeira parte, aborda-se a necessidade de diversificar as ferramentas analíticas que nos permitam ampliar o estudo da política educacional, partindo de uma concepção mais ampla de sua própria definição, incluindo a ideia de educação, diante de uma sociedade em constante mudança e da emergência de processos socioeducativos chave. Na segunda parte, reflete-se sobre os desafios e possibilidades teórico-conceituais acerca da incorporação da perspectiva da política contenciosa para descentrar o Estado e seus aparatos de governo como entidades unívocas no processo e desenvolvimento da política educacional. A terceira parte é dedicada a mostrar alguns exemplos de como o enfoque da política contenciosa tem se desenvolvido em objetos de estudo específicos, relacionando-os com outros trabalhos que também propõem reorientar as fontes, incorporar metodologias interdisciplinares e novas perspectivas que abram o campo da política educacional.

### **1. Por que diversificar as ferramentas de pesquisa em política educacional?**

Em trabalhos que antecedem este artigo (Olivier, 2025; Olivier Téllez, 2024), foram discutidos os primeiros estudos que focam na política contenciosa e na educação como campo de estudo. Coincidindo com outros autores, este quadro analítico pode ser localizado de forma mais sistemática aproximadamente em meados do século XX (Tello, 2022). Apesar disso, esta não tem sido uma relação intencional em termos teóricos; antes, o que se observa é um interesse em analisar e documentar, principalmente, a partir das ciências sociais, e muito escassamente a partir da pedagogia e de outras ciências da educação, processos em conflito que marcam impactos sociais, mais do que transformações educativas.

No caso do México, por exemplo, a formalização do campo da política educacional esteve associada a um contexto no qual os governos voltaram-se para o neoliberalismo, sustentando-se na planificação estratégica na década de oitenta do século XX. Derivado disso, desenvolveram-se os denominados Planos Nacionais de Desenvolvimento, acompanhados de

planos e programas setoriais, sendo um deles o da educação. Surge, então, a ideia de capturar de forma sistemática uma abordagem integral e, a partir de uma perspectiva mais tecnocrática, que dote de uma embalagem coordenada à política nacional (Díaz, 1995). É por isso que, naquele momento, foi necessário que diversos especialistas contribuíssem para o desenho desses planos e programas, e não como um processo de pesquisa em si mesmo, resultado de uma intenção política em relação à administração pública. É posteriormente, quando o campo, como objeto de estudo propriamente, começa a se gestar.

Ao considerar esse contexto, pode-se distinguir que, na trajetória de consolidação dos estudos sobre política educacional, foi apenas recentemente que se demonstrou como os protestos podem promover mudanças no desenho e implementação de políticas públicas, sublinhando, ainda que de forma geral e com diferenças em suas abordagens e aprofundamento, as implicações e influências que os movimentos sociais e ações coletivas em espaços dissidentes tiveram no campo curricular, em processos de ensino-aprendizagem, e inclusive em inovações didáticas. De modo que o que se destaca, como mencionado anteriormente, são estudos de caso no campo educacional que descrevem acontecimentos de alto impacto em sua relação entre o social, os governos e as estruturas de poder em um dado momento. (Treviño Rozón; Téllez; Santuario, 2013).

A incursão das ciências sociais, da ciência política e da história, foram, em um primeiro momento, as perspectivas dominantes neste campo de investigação, imprimindo suas bagagens teóricas e rotas metodológicas. (Olivier, 2025). Os cursos de ação têm sido o objetivo central das políticas públicas no terreno educacional, embora saibamos que a política educacional é muito mais do que isso (Tello, 2022). E o ponto aqui é que há uma necessidade de abordar epistemologias que possam ter uma maior e melhor aproximação crítica que não se concentrem somente na funcionalidade estatal que apenas possam explicar realidades particulares em contextos específicos, mas permitam um arcabouço analítico mais amplo e inter-relacionado com processos sociais e políticos.

Retornando ao caso do México, vemos uma fase no desenvolvimento da pesquisa em política educacional ligada à perspectiva funcional das próprias agendas governamentais em torno de seus interesses e predefinição das prioridades nacionais. No entanto, também vemos um vigoroso esforço de autonomia frente aos governos, abordando outros temas e objetos de estudo. Em outros trabalhos já se destacou que foi apenas na década de 60 do século passado, com a fundação do Centro de Estudos Educacionais, que se impulsionou o desenvolvimento de estudos sobre política educacional e sociologia da educação, reconhecendo-se com maior

importância o campo educacional como uma entidade de caráter político (Olivier, 2025; CEE, 2013). Ainda assim, os estudos que relacionavam a educação com os movimentos sociais ou as ações coletivas não haviam se desenvolvido no campo da pesquisa educacional com suficiência, pois seus estudos se concentraram majoritariamente em aspectos como o rendimento escolar, a cobertura educacional, a relação da educação com o mercado de trabalho, que estavam associados justamente aos interesses governamentais, enquanto os trabalhos interessados na protesta social, incluindo os de professores e estudantes, os encontramos majoritariamente no campo da sociologia (González Villarreal, 2020).

Também se tem observado que, entre as décadas de sessenta, setenta e oitenta do século XX, não se pode falar de um estatuto epistêmico que distinga a ação coletiva e os movimentos sociais como objeto de estudo articulado a algum campo da pedagogia ou das ciências da educação. Na realidade, tampouco a sociologia ou as ciências sociais em seu conjunto o distinguem como um campo de articulação com as áreas de investigação em educação, pois os trabalhos do âmbito sociológico, naturalmente, respondem à utilização de suas ferramentas, paradigmas e interesses disciplinares. Coincide-se com Tello (2022), quando ele sustenta que o terreno da política educativa entra em uma crise epistemológica e teórica, assim como a ciência política e as ciências sociais. Os marcos explicativos tenderam a enrijecer os estudos e, por conseguinte, a afastar-se da realidade explicada. A crise atingiu os limites da própria funcionalidade com o aparato governamental, mas também na fragilidade de seu estatuto científico. Essas discussões expressaram-se em diversos trabalhos que têm tentado oferecer novos olhares.

Embora seja verdade que a pesquisa educacional é multidimensional, polimorfa, polissêmica e interdisciplinar, é necessário especificar as âncoras que podem tornar visíveis as contribuições teóricas e metodológicas desse conjunto disciplinar para tentar construir uma abordagem epistêmica transdisciplinar nítida. Dessa forma, consideramos que, em termos contextuais, a América Latina tem se distinguido por ser uma região onde a relação entre a educação e os movimentos sociais ou ações coletivas têm estado permanentemente presentes como um nicho de conflito. Na região, foram postos em debate as formas de dominação, o papel ideológico e político dos sistemas educacionais, sua disputa permanente frente aos projetos de cidadania e as tensões entre as configurações reprodutivistas e de perpetuação das estruturas de poder frente aos processos de emancipação. Portanto, é importante levar em conta os aspectos de tensão e conflito que se circunscrevem na conformação histórico-política da educação na América Latina como parte substancial de seus processos socioeducativos. E em

tudo isso, é preciso reconhecer processos de transformação medulares, em uma relação entre velhas e novas problemáticas que nos obriga à construção de outras perspectivas analíticas. (Olivier, 2025; Tello, 2022; Fernández Enguita, 1989). Se o objeto de estudo é dinâmico, sua episteme também deveria ser.

Embora diversas propostas de educação alternativa, definidas como movimentos pedagógicos, tenham emergido dos próprios processos de resistência, há uma separação teórico-metodológica, pois há uma tendência a serem analisadas de forma isolada no campo da sociologia e ciência política, por um lado, e da pesquisa educacional, por outro. Isso implica também abrir a relação entre educação e escola, pois desde o século passado já se discute a ideia de educação como ferramenta política, que, portanto, rompe sua relação com as salas de aula como único referente e identifica outros elos que conferem maior dinamismo e influência ao próprio aparelho escolar. Nesse sentido, na abordagem analítica, é preciso localizar e enfatizar o conjunto de subjetividades que permeiam culturalmente o ambiente da educação e que, embora reforcem hierarquias sociais e relações de poder, também possibilitam capacidades críticas por meio de resistências que podem se transformar em ações coletivas, protestos e inclusive gerar movimentos sociais. Em todo caso, seria preciso também situar no desenvolvimento da pesquisa em política educacional os trabalhos que se concentraram no campo do pensamento alternativo e decolonial. (Primerio Rivas, 2022; Medina Melgarejo, 2015).

Embora haja todo um desenvolvimento teórico que há décadas abrange o fortalecimento epistêmico que articula as perspectivas entre os movimentos sociais e a educação, o que se observa de forma predominante são estudos baseados nas teorias clássicas dos movimentos sociais e nas discussões estabelecidas nas ciências sociais sobre as noções de movimento, protesto e rebelião (Tamayo; Navarro, 2020; De la Garza Talavera, 2011), negligenciando a bagagem que emerge da própria política da educação e do conjunto de autores que provêm desde a herança de Freire até as contribuições de Foucault, passando pela corrente crítica materialista de língua inglesa, pelos decolonialistas de diversos signos e outros enfoques críticos da América Latina. (Olivier Téllez, 2024).

## 2. Desafios e possibilidades

É preciso reconhecer que uma limitação nesta discussão é como se deu a própria conformação dos campos disciplinares e uma concepção positivista do desenvolvimento do conhecimento. Isso implicou a defesa irrestrita do estatuto epistemológico de cada campo de

estudo, o que dificulta algumas correlações e diálogos entre os diversos campos. Significa, ao mesmo tempo, dificuldades para estabelecer vasos comunicantes e pontes dialógicas mais frontais.

Essa difícil articulação pode ser distinguida em encontros acadêmicos como conferências ou congressos, onde há uma escassa vinculação entre os campos de estudo. Em relação a esses aspectos, também é importante insistir na abertura da noção de política educacional, não apenas em sua concepção reduzida a política pública, mas ampliando-a também como resultado da arena de conflito. É importante enfatizar o reconhecimento do entrelaçamento sociopolítico como parte constitutiva da política educacional, na qual uma multiplicidade de atores e instâncias entram em jogo na própria distribuição do exercício do poder e seus impactos, tanto imediatos quanto de longo prazo.

Isso implica analisar o conjunto de incursões sobre a educação como geradora de movimentos sociais e ações coletivas, bem como, ao contrário, reconhecer a existência de movimentos que se interessam em gerar projetos educativos. Consideramos que uma chave para a articulação é pensar as transgressões, reformas e transformações institucionais no campo educacional em relação à irrupção de protestos, ações coletivas e movimentos sociais, o que implica superar a perspectiva do estudo da educação como uma política setorial instrumental e estatal isolada. Portanto, resgatar a ação coletiva como articuladora de processos de subjetivação política pode oferecer possibilidades de transformação do campo educacional em seu conjunto e não apenas relacionado a demandas parciais e setoriais.

Há uma variedade de fatores, dimensões, atores e espaços do político, entre outros, que geram agenciamentos tão inimagináveis e multiplicados que desfocam o Estado e suas instâncias de governo como protagonistas da política educacional, ainda que seu papel seja primordial em nível formal e normativo (Aguirre; Giovine, 2024). Mas, é necessário insistir, nem toda política constrói-se linearmente, mas, na correlação de forças, estratégias de luta e aproveitamento de conjunturas de diversa índole, podem irromper grupos organizados que promovam mobilização para modificar e inclusive intervir no estabelecimento de uma política educacional renovada.

No artigo de Taras Vaz e Masson, há a análise o papel dos sindicatos de educação a partir da categoria de contradição, utilizando o método materialista dialético marxista. Os sindicatos são um componente muito relevante, especialmente em países como Brasil, Argentina e México. Eles possuem ampla capacidade de interpelação e luta. Uma das contribuições deste trabalho é a ênfase na análise das diferenças dos sindicatos brasileiros, dependendo do tipo de

atividade, característica laboral docente e sua dependência federal, estadual ou municipal, o que definirá a relação com o âmbito político.

A partir de alguns escritos de Marx, Trotsky e Benoit, coloca-se em discussão os aspectos contraditórios entre a luta sindical e as lógicas das políticas de Estado. Por isso, é interessante como elas pautam o debate da relação capital-trabalho em função da noção de contradição como um eixo que permite compreender o papel do sindicalismo na revolução socialista. (Taras Vaz; Masson, 2023). Com essas contribuições, podemos observar, no caso do México, o movimento de professores da educação básica, representado pela Coordenadora Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), e destrinchar a narrativa de resistência gestada desde a década de setenta do século passado, ao mesmo tempo em que se localizam as diferenças com outros sindicatos, como os das Universidades e de outros níveis educacionais que não possuem a mesma potência que a CNTE.

Por outro lado, um campo de pesquisa majoritariamente desenvolvido encontra-se entre a educação popular como produto de movimentos sociais. Abordam-se práticas educativas nos movimentos, experiências concretas, reivindicações, assim como uma grande ênfase na valorização da coletividade contra a imposição estatal, colocando a ideia de autonomia como um valor central (Torres Carrillo, 2020). Certamente, na América Latina, contamos com um amplo desenvolvimento dessas propostas de educação alternativa, produto dos movimentos pedagógicos, sendo a Colômbia um claro exemplo disso. No entanto, é preciso insistir que essa vertente é apenas uma das múltiplas possibilidades, encontrando outros nichos de pesquisa que é necessário ampliar, nos quais seus protagonistas, como as juventudes, estão fora do sistema, mas se mobilizam pela exigência educativa, até os pais e mães de família que, junto a igrejas e setores conservadores, propugnam por uma autonomia educativa de tipo religioso ou em torno à educação sexual.

E aqui vemos confrontos importantes que conseguem irromper na tomada de decisões institucionais. A ideia de autonomia resulta um elemento nodal de interpelação com o aparato estatal, seja retomado pelos movimentos mais emancipadores ou pelos setores mais conservadores, cada um deles colocando uma interpretação e orientação de seus interesses. Em nível analítico-conceitual, enriquece-se ao colocá-lo no meio da arena de disputa, distinguindo particularidades ideológicas, jogo de interesses, traços políticos e éticos que se colocam por meio da relação com os atores políticos.

Os aspectos aqui abordados evidenciam a necessidade de diversificação das vertentes analíticas, referenciais e objetos de estudo, mas diante da complexidade com que se apresentam

e se articulam em um tecido social e político mais denso, é importante perceber como os processos de transformação educativa são concebidos entre os grupos em confronto. Para alguns, como os sindicais a que se fez referência antes, pode ser uma possibilidade para a mudança do modelo trabalho-salário e seus impactos positivos no exercício de sua profissão; para outros mais radicais, a mudança é uma ruptura com o sistema. Um ponto interessante nisso é destacar como o fato educativo se entrelaça com a política pública e as mobilizações sociais.

Na teoria dos movimentos sociais, lançou-se mão de noções-chave como mobilização de recursos, processos políticos ou estruturas de oportunidade, o que tem sido útil na construção de quadros interpretativos que buscam explicar por que e como as demandas educativas se organizam e escalam, revelando repertórios e ciclos de protesto (Tilly, 2010; Tarrow, 1998). Com outro sentido mais articulado ao sistema escolar e dentro do enfoque da sociologia da educação (Bourdieu, 1983), foram fornecidas ferramentas para compreendê-lo como campo de poder. No âmbito da América Latina, destacam-se os enfoques das pedagogias críticas (Freire, 1996; 1992) como fonte analítica da educação como prática libertadora e ambiente de disputas ideológicas.

Como se pode distinguir, analiticamente tem-se avançado na combinação dos marcos referenciais dos movimentos sociais, da pedagogia crítica e da teoria das políticas públicas que permitiram compreender os mecanismos, seus atores e resultados. Além disso, outras referências foram incorporadas. A partir da abordagem do conflito educativo como expressão das dinâmicas de poder e resistências (Deleuze, 2014; 2009; Deleuze; Guattari; Pérez Vázquez, 2004), longe de observar esses processos como um aspecto negativo, eles são distinguidos como elementos que permitem a transformação e a criação de novas formas de conhecimento. No fundo, a maneira como o Estado concebe o sujeito educativo fornece elementos para compreender a política educacional.

Núñez (2020) aponta que a escola deixou de ser uma instituição disciplinar para se alinhar às lógicas do mercado e, nesse contexto, a escola não pode ser vista como um âmbito estático. Para analisar o caso brasileiro, tem-se refletido sobre a esquizoanálise, de Deleuze e Guattari (Hur, 2020). Neste estudo, propõe-se que a categoria é útil para a análise da política educacional a partir de uma perspectiva crítica. Propõe-se uma avaliação funcional dos investimentos do desejo no social, no biológico, no histórico e no geográfico, para identificar dinâmicas de poder e resistências presentes nas instituições educacionais. Busca-se também

compreender como as estruturas sociais e políticas influenciam a subjetividade e as práticas educativas.

Trazer Deleuze e Guattari para a discussão em relação à política educacional é tentar repensar que as práticas pedagógicas, mesmo em meio às estruturas institucionais, podem motivar mudanças por meio da ação coletiva. Desse modo, essa abordagem pode ajudar a compreender que a educação não é um processo estático e exclusivamente normativo, mas também um espaço de criação e transformação. E as dinâmicas de poder e resistência são reconhecidas e abordadas. Com isso, insiste-se na necessária abertura à diversidade teórica, à flexibilidade metodológica, mesmo em arcabouços teóricos que pareceriam contraditórios ou irreconciliáveis.

## **2. A política contenciosa como alternativa de interpretação**

A noção de política contenciosa tem se desenvolvido de maneira muito ampla desde a década de 90 do século XX. Embora surja do pensamento estadunidense por meio dos trabalhos de Sidney Tarrow, Charles Tilly e Doug McAdam (Tarrow, 1998; Tarrow; McAdam, 2011), com importantes raízes estruturalistas, é necessário dizer que o desenvolvimento desse conceito tem sido mais identificado a partir de uma perspectiva processual e relacional em um esforço para tornar flexível a análise dos movimentos sociais e ações coletivas, como greves e outros atos de resistência. Basicamente, nessa abordagem, a centralidade do Estado como ator político dominante e protagonista foi deslocada para encontrar relações de maior dinamismo frente a um conjunto mais amplo e complexo de adversários ou oponentes, mas também de alianças e acordos.

A utilidade teórica e metodológica para a análise da política educacional reside precisamente na localização de interações, campos dinâmicos e relacionais que possibilitam articular o estudo das ações estratégicas com aspectos fundamentais como os culturais e as identidades. Existem diversas pesquisas que desvendam as estruturas de poder e as dinâmicas de inclusão e exclusão presentes nos discursos educativos, utilizando ferramentas da filosofia política, teorias do discurso e semiologia. (Buenfil, 2002; 2010; 2019).

A articulação com a política contenciosa permite a compreensão das dinâmicas de poder na educação, fornecendo ferramentas para a análise e questionamento das estruturas discursivas que influenciam a formação e reprodução de desigualdades no âmbito educacional. E embora não se possa dizer que Buenfil Burgos utilize explicitamente a noção de política contenciosa a partir das ancoragens propostas pelos americanos, o que se pode destacar, a

propósito da discussão que interessa salientar neste artigo, é que em seus trabalhos aprofunda a noção do político e das dimensões ético-políticas enquadradas na Análise Política do Discurso, para estudar a luta discursiva na educação. Mostra, assim, o confronto de significados entre grupos políticos antagônicos especificamente na política educacional, com vistas a localizá-los dentro de campos de confrontação de sentidos e não apenas como o conjunto de decisões técnicas (Buenfil, 2002).

É relevante pontuar esta discussão porque a política contenciosa também possibilita desvendar como se constroem identidades políticas e, nesse sentido, como o conflito se entrelaça como um processo que constitui o social em seu tempo e espaço. Essa abordagem rompe com uma visão linear e hipoteticamente harmoniosa dos processos e decisões políticas que impactam a educação. Por isso, é necessário que, no estudo da política educativa, sejam analisadas as ações disruptivas partindo da complexidade do campo educativo, que, embora a disputa mais evidente seja o sistema escolar, certamente como arena de confrontação social e controle político, este não é o único lugar onde se concentram as tensões. Estas se desdobram em outros espaços, nos quais se enfrentam visões de cidadania, projetos educativos e as narrativas sobre a concepção hegemônica do mundo.

### **3. A abordagem empírica. Alguns exemplos**

Pode-se dizer, a partir da análise documental das investigações e ensaios sobre a relação entre educação e movimentos, que uma das vertentes para situar empiricamente as possibilidades do enfoque da política contenciosa em relação ao estudo da política educacional pode incluir: 1) as finalidades da mobilização a partir da análise das demandas educacionais; 2) a identificação do tipo de atores ou coletivos mobilizados, especificamente em sua relação com o Estado e seu aparato governamental em um determinado momento histórico-contextual; 3) as trajetórias ou antecedentes de luta de atores ou coletivos como um mecanismo de medição do músculo político mediante o esquema de sua trajetória e particularidades de seus repertórios de mobilização, sem deixar de levar em conta a densidade ou massa dos atores envolvidos; 4) a potencial capacidade de interpelação, negociação que nos mostra até onde o ato político contencioso pode conseguir impugnações, ressignificações e inclusive deter políticas e reformas educativas ditadas pelo poder; 5) o nível e tipo de relação com outros movimentos e atores políticos em confrontação não necessariamente centrados em demandas educativas, mas que contribuem para fortalecer movimentos, ações coletivas, resistências e construção de identidades políticas.

Como todo exercício de organização e identificação de processos e atores, reconhece-se que estes cinco aspectos podem ser muito gerais e deixar de fora outros também relevantes. No entanto, essa proposta baseia-se precisamente na exploração e análise dos textos estudados nos diferentes estados do conhecimento e dos textos a que se fez referência na introdução. Daí que a seleção de exemplos empíricos se baseie naqueles que cumprem alguns destes cinco elementos. Trata-se, em todo caso, de contar com um primeiro quadro de partida e que a própria emergência de outros fatores que possam apresentar-se nos casos concretos possam abrir novas categorias e enriquecer o enfoque da política contenciosa para entender a partir de outras margens a configuração da política educacional e sua implementação em espaços concretos. Sobre isso, enunciaremos apenas alguns exemplos de pesquisas muito particulares sobre como tem avançado a perspectiva desvinculada do ciclo de política e da centralização do Estado como ator unívoco. Embora seja importante esclarecer que o Estado e seus aparatos de governo frequentemente aparecem como espectros, às vezes mais difusos e em outras como antagonicos claros.

O horizonte é como o projeto educativo não oficial articula-se às necessidades locais do contexto em que surge, mas, ao mesmo tempo, necessita de uma aceitação social e formalização legal. A erosão da responsabilidade estatal em torno das garantias de oferecer educação como um direito humano básico tem resultado, há várias décadas, na mobilização como fator estratégico para o exercício desse direito, seja por meio da educação oficial ou do reconhecimento de propostas educativas alternativas. É preciso considerar que o elemento regulatório não se refere apenas à preponderância do Estado e seus órgãos governamentais. Também está presente nas formas que os modelos de educação não oficial ou alternativa adotam. Podemos constatar múltiplas propostas que obedecem a organizações ou coletivos igualmente díspares com propósitos sociais e políticos heterogêneos, que observam minuciosamente seus processos de implementação, às vezes experimental e, em outros, consolidados, que a longo prazo são a fonte de negociação, mostrando à autoridade educativa que a proposta realmente funciona. (Medina Melgarejo, 2015).

Outro exemplo de como tentamos realizar essa articulação encontra-se em uma proposta teórico-metodológica que trabalhamos em relação à elaboração da ideia de arquipélago (Olivier e Tamayo, 2017b). Com o desenvolvimento dessa noção, buscou-se articular as contribuições da sociologia política, dos estudos urbanos e das políticas educativas, para compreender de outra forma a configuração espacial das cidades em torno das instituições

de ensino superior, particularmente na Cidade do México. Vinculou-se à crescente mobilização da juventude e suas famílias pela abertura de maiores espaços universitários públicos.

Nesse trabalho, a ideia central foi entender o crescimento da demanda, as limitações das respostas governamentais diante desse fato e como as pressões dos protestos, historicamente desenvolvidos desde as décadas de 60 e 70 do século passado, implicaram tomadas de decisão no desenho de políticas sobre a expansão da educação superior, que não só teve uma motivação demográfica e de planejamento territorial, mas que respondia a uma estratégia de controle das revoltas estudantis. Ao mesmo tempo, isso nos permitiu compreender o sentido e o impacto múltiplo da expansão do setor privado produzida aceleradamente desde o início da década de oitenta do século XX até a data, a partir da colocação de seus estabelecimentos em determinados arquipélagos que configuram o território educacional da Cidade do México, o que refletiu as ressonâncias da economia política das privatizações sobre este território em mais de trinta anos, produto da mudança de modelo econômico e político em direção ao neoliberalismo. (Olivier; Tamayo, 2017b).

Outro exemplo tem sido a construção da noção de ressonância. Propõem-se três tipos de ressonância: biográfica, histórica e institucional, as quais são constitutivas do subjetivo, do histórico e do político. Poderíamos definir rapidamente que as ressonâncias biográficas se referem aos sujeitos às lutas e aos movimentos, e aos conflitos gerados nas instituições com seus referentes, tanto históricos particulares quanto contextuais e gerais (Olivier; Tamayo, 2019; 2022). Pensemos no caso do movimento pela autonomia universitária de Córdoba, na Argentina, que produziu uma ressonância importante em muitos movimentos estudantis na América Latina e, para além do debate sobre a ancoragem ideológico-política e as motivações conservadoras ou revolucionárias daqueles que o representaram sob a conjuntura política de cada um dos países onde ocorreu, tornou-se um referente que transformou a normatividade interna das instituições e sua relação com o Estado.

Parece-nos que isso ajuda a entender o dinamismo dos processos institucionais que são definidos em última instância por decisões unilaterais de suas autoridades, mas que indubitavelmente carregam consigo o impacto das lutas e resistências de diferentes setores que debatem permanentemente entre suas concepções e interesses particulares e coletivos sobre a condução das instituições, suas formas de fazer docente, seu desenvolvimento laboral, seus conteúdos formativos, suas reformas, o papel dos estudantes e, a longo prazo, em como se concebem os fins e as funções da educação em relação à sociedade como um todo.

Um último exemplo é a análise sociopolítica da formação de projetos educativos alternativos no México, localizando seu nível de conflitualidade, subjetivação política e relação com: a) os movimentos sociais; b) as organizações civis; c) e as comunidades eclesiais de base, entre outros, para analisar seu impacto político e educativo, assim como seu nível de radicalidade e força para a transformação social. (Olivier, 2025; Olivier; Tamayo, 2022; 2017). A medição do sucesso ou fracasso dos projetos alternativos, como modelo pedagógico propriamente, não é nesse momento nossa preocupação central, mas o grau de interpelação e a capacidade da organização para colocar em espaços institucionalizados suas demandas na agenda das autoridades educativas. Interessa saber os processos internos daqueles que confluem no movimento, a saturação da subjetivação política que lhes permite manter-se em resistência e como em tudo isso convergem diversidade de ferramentas conceituais e metodológicas reapropriadas de múltiplas fontes disciplinares que enriquecem sua interpretação para dar lugar a formas renovadas na análise da política educativa.

### **Considerações finais**

É preciso apontar que, na presente discussão, propõem-se alguns elementos que levem a uma reflexão mais profunda sobre a relação entre educação e conflito a partir da perspectiva da política contenciosa com a finalidade de poder localizar a variedade de fatores que intervêm no campo das políticas educativas, em primeiro lugar, sublinhando que o lugar constitutivo destas vai além da ideia de escolarização como se tem insistido. Assim, a escola se sustenta em uma confluência dinâmica com a arena conflituosa e o espaço coletivo. Desse enfoque, pode-se flexibilizar o estudo da política educativa, tomando-a como um processo social e substancialmente político para compreendê-lo em sua complexidade.

Dessa forma, podemos destrinchar a configuração das políticas educacionais em um emaranhado que localize atores e coletivos em disputa. Isso idealmente faz-nos aprofundar acerca das seguintes questões:

- 1) As distinções conceituais básicas entre a política, o político e as políticas;
- 2) Os espaços, discursos e atores em conflito;
- 3) As diferenças entre as noções de resistências, ações coletivas e movimentos sociais, que possuem um nível de impacto específico nas políticas, nas dinâmicas institucionais, no exercício e na defesa dos direitos;

- 4) O como, o quando, quem e em que conjuntura se estabelece uma relação com o poder governamental que permite certos níveis de interpelação, que, como consequência, revelam relações de poder, marginalidade ou influência dos coletivos em disputa;
- 5) Uma análise multidimensional na qual a relação conflituosa não somente se observa em protestos e mobilizações grandiloquentes, mas que pode ser estudada em acontecimentos meso ou microssocioeducativos;
- 6) A importância de incorporar uma perspectiva colaborativa na investigação educacional que dê lugar à recuperação das experiências e à gestação dos conhecimentos de docentes, ativistas, estudantes e, em geral, das pessoas participantes do campo conflituoso;
- 7) A revisão e o impulso do campo de investigação da política educacional como um âmbito de amplas e contextualizadas possibilidades analíticas.

Subjacente aos aspectos anteriores, reside uma preocupação que pode ser considerada muito importante: a revalorização da capacidade de agência de atores e coletivos que redefinem sua relação com o aparato governamental, ao questionar, exigir e realizar propostas educativas. A ideia de transformação na relação entre o campo educativo e a política contenciosa expressa um processo dinâmico onde a ação coletiva nas e contra as instituições educativas tem múltiplos efeitos. Por um lado, visibiliza conflitos, disrupções, erosões e limitações da política e das políticas educativas. Também há momentos de deslegitimação da proposta oficial que pretende a negociação acompanhada de mobilizações. Mas, ao mesmo tempo, nem todos os esforços resultam em transformações profundas; pode haver reformas ou, inclusive, a neutralização das demandas, o que é necessário compreender na arena do conflito.

## Referencias

AGUIRRE, E.G. y GIOVINE, R. Entre tramas, dispositivos y redes para gobernar lo socioeducativo: seis aportes (neo) funcionalistas para el campo teórico de la política educativa. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 2024, V.9, e 23610, p. 1-24. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.9.23610.011>

BOURDIEU, P. *Campo del poder y campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

BUENFIL BURGOS, R. N. *Ernesto Laclau y la investigación educativa en Latinoamérica: implicaciones y apropiaciones del Análisis Político del Discurso*. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

BUENFIL BURGOS, R. N. Dimensiones ético-políticas en educación desde el análisis político de discurso. *Sinéctica*, 2010, n. 35, p. 1-17.

BUENFIL BURGOS, R. N. Los usos de la teoría en la investigación educativa. México: *Nueva época*, 2002, vol. 6, no 12, p. 26.

CEE 2013. 50 años en la historia del centro de Estudios Educativos. Origen, permanencia y transformaciones en su identidad. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos* México, 43 (3), P. 153-178. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/270/27028898006.pdf>

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. ¿Hacia dónde va la sociología de la educación? In: ORTEGA, F. et al (Comp.). *Manual de sociología de la educación*. Madrid: Visor, 1989, p.50-57.

FREIRE, P. *Política y educación*. México: Siglo XXI. 1996.

FREIRE, P. Prólogo. La naturaleza política de la educación. Cultura, poder y liberación. En: Giroux, H. *Teoría y resistencia en la educación*. México: Siglo XXI. 1992.

GLUZ, N. *Las luchas populares por el derecho a la educación: experiencias educativas de los movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponible en: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=788&c=2>

GONZÁLEZ VILLARREAL, R.; OLIVIER, G.; ORTEGA, J.; ARELLANO, M.; RIVERA, ML.; GUERRA, M.; CARMONA, E.; MÚJICA, ME; Movimientos sociales en educación. In: Olivier, Guadalupe (org.). *Estado del Conocimiento de los Movimientos Sociales en México*. México: Universidad Pedagógica Nacional, 2020, P. 127-198. Disponible en: <https://area1.upnvirtual.edu.mx/images/libros/PA-124-estado-del-conocimiento-de-los-movimientos-sociales-en-mexico.pdf>

HUR, D. Educación como potencia en tiempos de neoliberalismo y fundamentalismos. *Saberes y prácticas. Revista de Filosofía y Educación*, Volumen 5, Número 1, 2020. Disponible en: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/saberesypracticas/article/view/3171/2709>

DE LA GARZA TALAVERA, R. Las teorías de los movimientos sociales y el enfoque multidimensional. *Estudios políticos*, 2011, Número 22, p. 107-138. Disponible en: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-16162011000100007&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16162011000100007&lng=es&tlng=es)

DELEUZE, Gilles. *Foucault y el poder*. Madrid: Errata Naturae, 2014.

DELEUZE, G. *Diferencia y repetición*. Madrid: Amorrortu, 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, P.F.; PÉREZ VÁZQUEZ, J. *Mil mesetas*. Barcelona: Pre-textos, 2004.

DÍAZ, A. L. N. Planeación, retórica y legitimidad. Análisis del discurso político de Miguel de la Madrid. *Revista Alegatos*, 1995, Número 31, p. 439-452.

MÁLAGA VILLEGAS, S.G. (coord.). *Política y políticas educativas. La producción científica a debate*. México: Consejo Mexicano de Investigación Educativa (COMIE), 2024. Disponible en: <https://comie.org.mx/multimedia/textos/VOL11.AT.10.pdf>

MALDONADO-MALDONADO, A. (coord.). *Educación y ciencia. Políticas y producción de conocimiento 2002-2011*. México: Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES)/ Consejo Mexicano de Investigación Educativa (COMIE), 2013. Disponible en:

<https://www.comie.org.mx/v5/sitio/wp-content/uploads/2020/08/Educación-y-Ciencia.pdf>

MEDINA MELGAREJO, P. *Pedagogías insumisas. Movimientos político-pedagógicos y memorias colectivas de educaciones otras en América Latina*. México: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, Centro de Estudios Superiores de México y Centroamérica/Educación para las Ciencias en Chiapas AC/Juan Pablos Editor, 2015.

NUÑEZ, J.A. Ontología deleuziana. Sujeto colectivo, Estado y escuela. *Saberes y prácticas. Revista de Filosofía y Educación*, Volumen 5, Número 1, 2020. Disponible en:

<https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/saberesypracticas/article/view/3380/2699>

OLIVIER, G. El vínculo epistémico entre la educación y los movimientos sociales. *Diálogos sobre educación. Tramas actuales de investigación educativa*, Año 16, Número 33, sp/, julio-octubre 2025. Disponible en: <file:///Users/guadalupeoliviertelez/Downloads/1676-Texto%20del%20art%C3%ADculo-10034-1-10-20250618.pdf>

OLIVIER TÉLLEZ, G. Interpelaciones y modulaciones agonísticas de la política en la educación. In: Málaga Villegas, Sergio Gerardo (coord.). *La política y las políticas educativas. La producción científica a debate*. México: Consejo Mexicano de Investigación Educativa (COMIE), 2024, p. 478-505.

OLIVIER, G. *Estado del conocimiento de los movimientos sociales en México. Volumen 2*. México: Universidad Pedagógica Nacional, 2024. Disponible en:

<https://difusionyextension.upnvirtual.edu.mx/index.php/inicio/fomento-editorial/catalogo?view=article&id=1252&catid=27>.

OLIVIER, G. *Estado del conocimiento de los movimientos sociales en México. Volumen 1*. México: Universidad Pedagógica Nacional/Red Mexicana de Estudios de los Movimientos Sociales, 2020. Disponible en: <https://area1.upnvirtual.edu.mx/images/libros/PA-124-estado-del-conocimiento-de-los-movimientos-sociales-en-mexico.pdf>.

OLIVIER, G. y TAMAYO, S. Los zapatistas y la construcción de un sistema educativo autónomo. In: Ullán, F. (comp.). *El movimiento neozapatista en el inicio de la tercera década del siglo XXI*. México: Abya-Yala, 2022, p. 133-143.

OLIVIER, G. y TAMAYO, S. Women in Political Activism: The Biographical Resonances of the '68 Student Movement in a Latin American Context. In: Fillieule, O. and Neveu, E. *Activist Forever? Long-Term Impacts of Political Activism*. London: Cambridge University Press, 2019, p. 108-130.

OLIVIER, G. y TAMAYO, S. (A) ¿De qué manera los movimientos sociales producen futuros alternativos? *Movimientos. Revista Mexicana de Estudios de los Movimientos Sociales*, enero-junio 2017, No. 1, p. 130-150.

OLIVIER, G. y TAMAYO, S. (B) Archipiélagos de la Educación Superior: la ciudad en expansión. In: Terrazas, Óscar y Rodríguez, María Elena (comp.). *La universidad accesible*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, 2017, p. 49-89.

TELLO, C. ¿Es el Estado el objeto de estudio de la Política Educativa? Contextualizaciones histórico-epistemológicas. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 2022, V7, e 20137, p. 1-26. Disponible en: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.7.20137.003>

PRIMERO RIVAS, L. E. *Cartografía de las epistemologías del sur. Un bosquejo necesario*. México: Publicar al Sur Editorial, 2022.

TARAS VAZ, M. R. y MASSON, G. Método dialéctico e o papel dos sindicatos: contradições entre a luta política e a luta econômica. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 2023, V8, e21527, p. 1-19. Disponible en: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.8.21527.006>

TARROW, S. *Power in Movement. Social Movements and Contentious Politics*. USA: Cornell University, 1998.

TARROW, S.; MCADAM, D. Movimientos sociales, elecciones y política contenciosa: construyendo puentes conceptuales. *A propósito de Tilly. Conflicto, poder y acción colectiva*, Barcelona: Hacer, 2011, p. 161-177.

TILLY, Ch. *Los movimientos sociales, 1768-2008. Desde sus orígenes a Facebook*. España: Crítica Barcelona, Libros de Historia, 2010.

TORRES CARRILLO, A. *Educación popular y movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2020.

TREVIÑO ROZÓN, E.; OLIVIER TÉLLEZ, MG.; ALCÁNTARA SANTUARIO, A. La investigación sobre las políticas de la educación superior. Un balance de la producción académica generada en México entre los años 2002 y 2012. En: Maldonado-Maldonado, Alma (Coordinadora). *Educación y ciencia. Políticas y producción de conocimiento 2002-2011*. México: Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES)/ Consejo Mexicano de Investigación Educativa (COMIE), 2013. P. 149-230. Disponible en: <https://www.comie.org.mx/v5/sitio/wp-content/uploads/2020/08/Educación-y-Ciencia.pdf>